

Mortalidade por agravos externos em polícias militares cearences: uma análise temporal de 2011 a 2021

Mortality due to external incidents in cearences military police: a time analysis from 2011 to 2021

Mortalidad por incidentes externos en cearencias policia militar: un análisis del tiempo desde 2011 hasta 2021

RESUMO

Objetivo: conhecer o perfil epidemiológico dos policiais militares do estado Ceará que foram a óbito entre os anos de 2011 e 2021 por causas externas de morbimortalidade. **Método:** Estudo ecológico, série temporal a partir dos óbitos registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade. Amostra foi composta por policiais militares que foram a óbito entre os anos de 2011 e 2021, por Causas externas de morbimortalidade no Ceará, ambos os sexos, todos os postos e graduações. Utilizou-se o software Microsoft Excel® 2010, para manipulação dos dados, e o Epi Info™ para as estatísticas descritivas. **Resultado:** Amostra resultou em 283 agentes, na grande maioria homens, brancos, de 30 a 39 anos, casados, soldados, que foram a óbito devido a agressões, em via pública, no mês de janeiro, à noite, aos sábados. **Conclusão:** É possível observar mudanças no perfil epidemiológico de mortalidade no país, sobretudo em regiões onde a violência está presente.

DESCRITORES: Mortalidade; Polícia; Militares; Epidemiologia.

ABSTRACT

Objective: to know the epidemiological profile of military police officers in the state of Ceará who died between 2011 and 2021 from external causes of morbidity and mortality **Method:** Ecological study, time series from deaths registered in the Mortality Information System. The sample consisted of military police officers who died between 2011 and 2021 from external causes of morbidity and mortality in Ceará, both sexes, all ranks, and grades. Microsoft Excel® 2010 software was used for data manipulation and Epi Info™ for descriptive statistics. **Result:** The sample consisted of 283 officers, mostly men, white, 30 to 39 years old, married, soldiers, who died due to assaults, on public roads, in the month of January, at night, on Saturdays. **Conclusion:** It is possible to observe changes in the epidemiological profile of mortality in the country, especially in regions where violence is present.

DESCRIPTORS: Mortality; Police; Military; Epidemiology.

RESUMEN

Objetivo: Conocer el perfil epidemiológico de los policías militares del estado de Ceará fallecidos entre 2011 y 2021 por causas externas de morbimortalidad. **Método:** Estudio ecológico, serie temporal basada en las defunciones registradas en el Sistema de Información de Mortalidad. La muestra estuvo constituida por policías militares fallecidos entre 2011 y 2021 por causas externas de morbilidad y mortalidad en Ceará, de ambos sexos, todos los rangos y grados. Se utilizó el software Microsoft Excel® 2010 para la manipulación de los datos y Epi Info™ para la estadística descriptiva. **Resultados:** La muestra fue constituida por 283 agentes, en su gran mayoría hombres, blancos, con edad entre 30 y 39 años, casados, soldados, que murieron como consecuencia de asaltos en la vía pública en enero, en la noche de los sábados. **Conclusión:** Es posible observar cambios en el perfil epidemiológico de la mortalidad en el país, especialmente en las regiones donde la violencia está presente.

DESCRIPTORES: Mortalidad; Policía; Militar; Epidemiología.

RECEBIDO EM: 24/05/2023 APROVADO EM: 29/06/2023

Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo

Mestre em Saúde Pública. Universidade Federal do Ceará (UFC)

ORCID: 0000-0002-0302-3289

Alexia Nathália Brígido Assef

Mestre em Farmacologia. Universidade Federal do Ceará (UFC)
ORCID: 0000-0002-6474-9892

Ângela Monic Lima de Souza

Mestre em Enfermagem. Faculdade Vidal de Limoeiro do Norte (FAVILI)
ORCID: 0000-0003-2037-3608

Mabell Kallyne Melo Beserra

Especialista em Psicologia Organizacional. Universidade Federal do Ceará (UFC)
ORCID: 0000-0002-0743-1503

Vanuza Cosme Rodrigues

Mestre em Gestão em Saúde. Universidade Estadual do Ceará (UECE)
ORCID: 0000-0003-4395-1888

Cândida Maria Menêzes Reges dos Santos

Especialista em Urgência e Emergência. Universidade Potiguar (UNP)
ORCID: 0009-0006-4037-0710

Yara Saldanha Freitas

Especialista em Urgência e Emergência. Universidade Potiguar (UNP)
ORCID: 0009-0004-9994-5334

Caroline Mary Gurgel Dias Florêncio

Doutora em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Ceará (UFC)
ORCID: 0000-0002-9297-2856

INTRODUÇÃO

Há profissões que acarretam elevado risco, tanto epidemiológico quanto social, o que amplia significativamente as condições de saúde e a qualidade de vida da população. Destaca-se neste cenário a atividade policial, tendo em vista seu modo laboral e de vida diferenciado, com a necessidade constante de manter o estado de alerta, inclusive nos momentos em que não estão atuando⁽¹⁾.

Quando se trata do adoecimento nas corporações militares, é necessário entender que trabalhar nesse grupo não está limitado à concepção de desempenhar uma atividade profissional especializada e remunerada, ultrapassando tal concepção, criando um verdadeiro laço de identificação entre o sujeito e sua fonte de renda⁽²⁾.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) já considera o estresse profissional como uma epidemia global, tal fato não é diferente com a atividade policial militar, o qual é diariamente exposto à

insalubridade ocupacional e a violência diária, que se apresenta cada vez mais bárbara. No entanto, o Policial Militar (PM) acredita que precisa passar a imagem que costuma lhe ser atribuída de “homem de ferro”, o que impede na hora de expor seus sentimentos e buscar por ajuda, acarretando agravos para sua saúde mental⁽³⁾.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), entre 2009 e 2015, cerca de 2.572 agentes foram mortos no Brasil, número superior a todos os países. O trabalho policial vem sendo exercido por homens, visto que, as funções de vigilância, proteção e repressão demandam características, como força física, coragem, combate, ação e desprendimento, que não estariam presentes nas mulheres⁽⁴⁾, fazendo com que muitos homens não realizem alguns cuidados de saúde por preconceito, optem pelo alcoolismo, tabagismo e violência, que também são inter-relacionados com as questões de gênero⁽⁵⁾.

O PM vive em posição de constante

alerta, oriundo das diversas situações de risco a que está exposto, convivendo com o perigo, lidando com crimes de toda a ordem, violência generalizada e observando cotidianamente a face mais cruel do homem, a qual se revela pelo desprezo à vida do outro. Assim, o estresse passa a existir para o agente como uma preparação do organismo para suportar as referidas situações. Destaca-se que a pessoa que é submetida a ocasiões constantemente estressantes está mais propensa a sofrer com problemas psíquicos, podendo ser acometida por depressão, síndrome de Burnout, ansiedade, crises de pânico, entre outros, e a ausência de tratamento pode acarretar danos irreparáveis à saúde psicológica do indivíduo, resultando em casos extremos, como o suicídio^(3,6).

A pressão constante a que esses profissionais vivem pode alterar sua maneira normal de agir e pensar, levando a sensações de medo, fuga, desespero e, até mesmo, um raciocínio conturbado, dificultando a realização de atividades no seu dia a dia e o estabelecimento de

Artigo Original

Chiara L. de Figueiredo, Alexia N. B. Asséf, Ângela M. L. de Souza, Mabell K. M. Beserra, Vanuza C. Rodrigues, Cândida M. M. R. dos Santos, Yara S. Freitas, Caroline M. G. D. Florêncio
Mortalidade por agravos externos em polícias militares cearenses: uma análise temporal de 2011 a 2021

prioridades⁽⁷⁾.

Como observado, os problemas físicos e mentais dos policiais militares podem ser explicados pelo constante estresse advindo da própria profissão, associado a jornada de trabalho exaustiva, insegurança, medo da morte, dentre outros. Diante do exposto, objetiva-se conhecer o perfil epidemiológico dos policiais militares do estado do Ceará que foram a óbito entre os anos de 2011 e 2021 por causas externas de morbimortalidade.

MÉTODOS

Trata-se de estudo ecológico de série temporal a partir dos óbitos registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponibilizados eletronicamente pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS). A amostra foi composta por policiais militares que foram a óbito no estado do Ceará, tanto praças como oficiais, de ambos os sexos por causas externas de morbimortalidade, entre os anos de 2011 e 2021.

Os dados utilizados para a pesquisa são secundários e foram extraídos do SIM, do estado do Ceará. Sobre a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), foram retirados do Ministério do Trabalho e Emprego. Considerando as informações da PMCE, esses os dados são oriundos da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) cearense. As informações sobre mortalidade são provenientes das Declarações de Óbito (DO), implantada desde 1976, que alimentam o SIM, assim como é utilizada pelos cartórios para a emissão de Certidão de Óbito.

As análises de dados, em relação às causas de óbito, foram consideradas as causas segundo capítulos do Código internacional de doenças (CID-10). Para as variáveis qualitativas foram calculadas as frequências absolutas e relativas. Para as quantitativas, cálculo de medidas de tendência central e de dispersão. Utilizou-se o software Microsoft Excel®

2010, para manipulação dos dados, e o software Epi Info™, versão 7, para as estatísticas descritivas.

A pesquisa atendeu todas as recomendações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta e cria as diretrizes que devem ser respeitadas para a elaboração de pesquisas científicas. Por se tratar de dados de domínio público o parecer de um Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) é justificado como desnecessário devido à impossibilidade de identificação dos indivíduos.

RESULTADOS

Considerando a mortalidade da PMCE, entre os anos de 2011 e 2021, por Causas externas de morbidade e de mortalidade (V01-Y98), observa-se uma amostra de 283 agentes. Quando se compara com todas as causas de óbitos entre essa população no mesmo período (n=709), observa-se que os fatores externos representam 39,8% do total de todos os óbitos. Destes, grande maioria era do sexo masculino (98,6%), da cor/raça branca (17,0%), no entanto, 21,6% das declarações de óbitos (DO) deixaram esse campo sem resposta.

Em relação a faixa etária, a mais pre-

valente foi de 30 a 39 anos (33,6%), seguido de 40 a 49 anos (31,1%), casados (54,1%), na graduação soldado (57,2%). Sobre a causa do óbito (GRÁFICO 01), 43,5% foi devido às Agressões, seguido de Acidente de Trânsito (25,1%), em via pública (39,0%), no mês de janeiro (10,6%), no período da noite (27,2%), no sábado (19,4%).

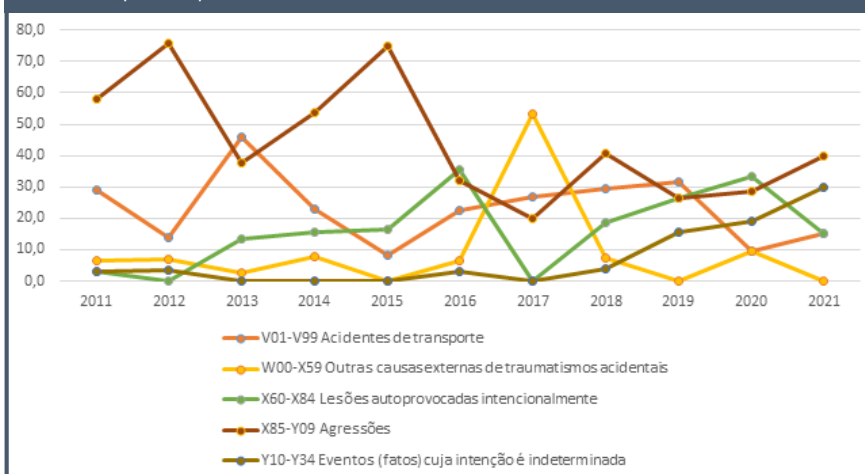
Sobre a cidade de ocorrência, optou-se em dividir por comandos e batalhões, apresentando a maior prevalência para o 1º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), sendo localizado na grande Fortaleza (n=151); seguido do 2º CRPM, localizado na região Metropolitana (n=126), no 12º Batalhão da Polícia Militar (BPM) em Caucaia (n=56).

Importante destacar que, devido às limitações dos campos e/ou preenchimento das declarações de óbitos, algumas informações não foram possíveis mensurar, como se o PM estava de serviço ou de folga, estado clínico no qual os agentes chegaram às unidades de saúde, local acometido pelo projétil da bala, entre outros.

DISCUSSÃO

Em solo brasileiro existe aproxima-

Gráfico 01 – Distribuição da mortalidade entre os Policiais Militares do Ceará por Causas externas de morbidade e de mortalidade (V01-Y98), 2011 a 2021. Fortaleza, Ceará, 2022



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade, 2022.

damente 86 corporações policiais, no entanto, elas atuam sem nenhuma padronização ou coordenação federal, os agentes respondem diretamente ao governo do Estado. Contudo, mesmo entre as corporações estaduais que possuem maiores efetivos, com mais de 406 mil PM na ativa, os padrões e as formas de atuação são muito diferentes⁽⁸⁾.

Logo não se trata de uma realidade apenas da PMCE, outros estados também apresentam grandes índices de mortalidade entre os agentes militares advindo desse agravo, mas variando muito nas corporações brasileiras. Estima-se que a mortalidade por violência no Rio de Janeiro seja 6,44 vezes maior nos policiais militares em comparação com guardas municipais, e 1,72 vezes mais que na polícia civil⁽⁹⁾.

A PM do Amapá, apenas no ano de 2021, representou 31,8% de todas as Mortes Violentas Intencionais (MVI) do estado, no entanto, quando se compara com os policiais do Distrito Federal, observa-se que os agentes foram responsáveis por apenas 2,3% das MVI no mesmo ano, mostrando assim não ser uma realidade de todo o nosso país. Mortes essas que aconteceram nos finais de semana, aos sábados e domingos⁽¹⁰⁾, dados semelhantes a essa pesquisa onde sábado e domingo representou 33,6% da amostra.

Sobre o tipo de instrumento utilizado, o mesmo estudo traz que para cometer os crimes, as armas de fogo permanecem sendo a principal ferramenta, representando 98,4% das Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP); 75,0% foram homicídios dolosos; 65,9% latrocínios; e 11,0% corresponderam a lesões corporais seguidas de morte.

Estudo semelhante foi realizado em São Paulo, entre 2013 e 2014, 148 PM foram vitimados no período analisado, sendo que 118 policiais militares (79,73%) estavam de folga e 30 (20,27%), de serviço. A maioria das vítimas era da cor branca (56,76%), casada (50,68%), com idade entre 41 e 50 anos

(35,14%), em via pública (45,10%), e por arma de fogo (84,46%). Dentre os homicídios, o latrocínio (33,0%) constitui a principal causa. Em termos absolutos, são os soldados os que mais morrem, seguidos pelos cabos. Ressalta-se que alguns campos foram deixados em branco, a saber: 15,54% dos casos não havia informação quanto à categoria raça/cor; e 20,27% dos registros o estado civil não foi informado⁽¹¹⁾.

A violência autoinflingida representou 15,2% do total de óbitos entre os agentes da PMCE no período estudo. É sabido que o suicídio entre policiais e seus fatores de risco é um tema pouco conhecido e discutido no Brasil, apesar de sua relevância e incidência. Dentre os principais sintomas de sofrimento psíquico entre militares, os mesmos relataram dormir mal (53,5%), sensação de nervosismo ou agitação (47,5%) e sensação de tristeza (39%). E os agentes que ocupam graus hierárquicos menores, acrescentam ainda o trabalhar sobre pressão, passar muito tempo na rua e fazer poucas refeições⁽¹²⁾.

Corroborando com essa ideia, outro estudo apontou como principais sintomas para a violência autoprovocada, a saber: fatores estressantes próprio da atividade policial; pressões sociais; uso de álcool e outras drogas; adoecimento físico e mental; idade avançada; aposentadoria iminente; insatisfação com a própria profissão; relação hierárquica entre policiais superiores e subordinados; baixo nível de confiança entre os colegas de trabalho; conflitos conjugais; problemas no local de trabalho aparecem associados ao comportamento suicida entre policiais⁽¹³⁾.

No período de janeiro de 2013 até julho de 2016, 21 policiais militares cometeram suicídio no Paraná. A amostra foi composta majoritariamente por praças, sendo 67,0% soldados. A maioria deles era do sexo masculino, na faixa etária de 41 a 50 anos, e casados. Em relação à situação funcional, 76,0% se encontravam na ativa e destes, 69,0% trabalhavam em atividades operacio-

nais⁽¹⁴⁾.

Os mesmos autores trazem que o fato de os policiais terem acesso à arma de fogo faz com que eles sejam alvos fáceis para a autolesão provocada. Corroborando com essa ideia, outros estudos trazem que os policiais militares portavam arma de fogo quando foram a óbito. Logo, pode-se afirmar que portar a arma de fogo não garante a sobrevivência, podendo muitas das vezes até colaborar para a vitimização do PM⁽¹⁵⁻¹⁶⁾.

Outro estudo trouxe que os policiais militares suicidas de Santa Catarina, de 2012 a 2016, predominaram na faixa etária de 40 a 47 anos. A maioria era do sexo masculino, casado, brancos, com filhos e escolaridade até ensino médio, além de predominar o autoextermínio entre os policiais da carreira de praças e mais próximos da aposentadoria. No período analisado, o ano de 2015 apresentou a maior ocorrência de suicídios (71,42%), dado que diverge dessa pesquisa, visto que na PMCE a maior prevalência foi em 2016 com 31,5% dos casos⁽¹⁷⁾.

O estudo supracitado também traz que 42,86% dos PM que cometeram suicídio encontravam-se na última década da carreira na instituição. A maioria (85,71%) era da carreira de praças, especialmente soldados (n = 7). Nenhum dos policiais suicidas possuía problemas de conduta disciplinar, visto que, grande maioria apresentou excelente comportamento disciplinar e nenhuma punição em um período de oito anos de efetivo serviço. O espaço mais comum para o cometimento do suicídio foi a própria residência (42,86% dos casos). O método mais comum para o suicídio foi a arma de fogo, ocorrido em 5 (35,71%) casos, seguido por enforcamento, com 4 (28,57%) casos⁽¹⁸⁾. Considerando a amostra desse estudo, nas DO não contém informações quanto ao método utilizado, e local realizado.

Destaca-se que existe uma maior incidência no óbito de policiais militares na graduação de praça, em especial, em

começo de carreira, como os soldados seguidos de cabos. Como explicação sugere-se que os PM, assim que se formam, são destacados para atividades operacionais e, com o passar do tempo, são alocados para atividades mais administrativas⁽¹¹⁾.

Ressalta-se que, considerando a corporação militar, os policiais tratam-se de uma população vulnerável e suscetível a apresentar vários sintomas de sofrimentos psíquicos, quando se compara ao resto da sociedade, visto que sua atividade laboral exige um alto grau de disciplina, deixando-os mais expostos a um cenário de risco constante, pressão, tensão e cobrança institucional, principalmente os que atuam em postos de subordinados. Em contrapartida, ainda se cita a sociedade que, costuma enxergar esses profissionais como corruptos, despreparados, desprovidos de sentimentos, conseqüentemente, tratando-os com hostilidade, implicando

ainda mais no isolamento social desses profissionais. No entanto, antes de ser um policial, ele é um ser humano, que pode estar em sofrimento⁽¹⁶⁾.

Na Bahia, entre 2012 e 2019, 110 policiais militares foram mortos por Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), destes 77 (70,0%) foram classificados como homicídio, 31 (28,18%) como latrocínio e dois (1,81%) como lesão corporal seguido de morte. A maioria dos óbitos por CVLI ocorreram em agentes na faixa etária de 40 e 49 anos, em soldados, no período de folga, na quinta-feira e em via pública. Os dados do estudo mostram que, 94,54% das mortes de policiais militares foram decorrentes do uso de uma arma de fogo⁽¹⁸⁾.

Nota-se a importância do desenvolvimento de políticas públicas que visem prevenir e direcionar não só os entes governamentais, mas a própria população, bem como o desenvolvimento

de pesquisas que tentem desmistificar a imagem social do policial militar, que foi construída ao longo da história, com vistas a conscientizar a população para que olhem de forma empática e humanizada, bem como, para a melhoria da qualidade de vida dos policiais militares.

Assim como a importância de criação de programas voltados para trabalhar a saúde mental desses agentes, visando reduzir os índices de adoecimento mental, e, em especial o suicídio. Os policiais precisam se reconhecer como seres humanos passíveis de adoecimentos, assim as corporações precisam estarem preparadas para atuar de forma a prevenir os agravos à saúde, principalmente de ordem mental, diagnosticar e tratar adequadamente os que apresentam sintomas mentais, garantindo o anonimato, acompanhamento dos profissionais, buscando a melhor qualidade de vida e laboral.

REFERÊNCIAS

1. Minayo, M. C. D. S., Souza, E. R. D., Constantino, P. (2008). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Editora Fiocruz.
2. Cardoso, I., & Nummer, F. (2017). Adoecimento na Polícia Militar do Pará: Uma realidade a ser revelada. *Revista Brasileira Militar de Ciências, Fundação Tiradentes, Goiânia*, 2(5), 25-30.
3. Anjos, I. E. P., Souza, A. A., & Samaridi, I. (2018). A importância da saúde mental no trabalho do policial militar.
4. Souza, E. R. D., & Minayo, M. C. D. S. (2017). *Segurança pública num país violento*. Cadernos de Saúde Pública, 33.
5. Medeiros, L. F., & de Albuquerque Cabral, A. L. (2019). Ser homem: um estudo sobre as masculinidades no interior do Nordeste brasileiro. *CAIQ2019*, 2, 559-568.
6. Carneiro, A. L. C., Nobre, C. V., de Souza Maciel, R., & Morais, H. C. C. M. (2019). Caracterização da Síndrome de Burnout em Policiais Militares relacionada aos riscos ocupacionais: revisão de literatura. *Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)*, 6.
7. Bueno et al. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2022 (2022)*. Ano 16: Available from: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>.
8. Filho, RTB, & D'Oliveira Jr, A. (2014). Prevalência de síndrome metabólica entre militares da polícia militar da Bahia, Brasil. *American Journal of Men's Health*, 8 (4), 310-315.
9. Maia ABP, Assis SG, Ribeiro FML, Wernersbach L. Ferimentos não fatais por arma de fogo entre policiais militares do Rio de Janeiro: a saúde como campo de emergência contra a naturalização da violência. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2021;26:1911-22.
10. Fernandes A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 2016;10(2).
11. Carvalho GSdO. Características do adoecimento psicoemocional e exposição à violência entre policiais militares da cidade de Fortaleza, Ceará. 2020.
12. Miranda D, Guimarães T. O suicídio policial: O que sabemos? *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. 2016;9(1):1-18.
13. Silva MA, Bueno HPV. O suicídio entre policiais militares na polícia militar do paranã: esforços para prevenção. *Diretor/Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê Coordenador Geral da Revista de Ciências Policiais da APMG*. 2017:5.
14. Sales ER. Vitimização e sobrevivência policial: uma análise sobre mortes violentas de policiais militares do Distrito Federal. *Revista Ciência & Polícia*. 2021;7(1):35-55.
15. Bomfim JRFB, de Almeida GdS, de Melo JL, Cardoso SO, Mota EB, Almeida GAS, et al. Mortes de policiais militares e civis do Estado da Bahia no período de 2015 a 2016. *Brazilian Journal of Development*. 2020;6(12):102246-60.
16. Pereira GK, Madruga AB, Kawahala E. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*. 2020;28:500-9.
17. Santos RdOB, Hauer RD, Furtado TMG. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. *Revista Gestão & Saúde*. 2019;20(2):14-27.
18. Costa BRN, Portella DDA. Perfil dos Crimes Violentos Letais e Intencionais de Policiais Militares Negros do Estado da Bahia. *Anais do Programa AFIRMATIVA de Pesquisa e Extensão*. 2022;4.